

O AUMENTO DO “CUSTO DO TRABALHO” EM PORTUGAL FOI METADE DO VERIFICADO NA UE15, MAS A ECONOMIA PORTUGUESA CONTINUA A PERDER COMPETITIVIDADE E MAIS DE MEIO MILHÃO DE PORTUGUESES CONTINUAM SEM EMPREGO**RESUMO DESTE ESTUDO**

De acordo com dados divulgados pelo INE na 2ª quinzena de Agosto de 2005, entre o 1º trimestre de 2004 e o 1º trimestre de 2005, o “custo” médio do trabalho em Portugal aumentou cerca de metade (57%) do aumento médio verificado em 15 países da União Europeia (UE15). Apesar disso, o Banco de Portugal, na sua “Síntese Económica de Conjuntura de Julho de 2005” revela que se verificou a maior diferença, dos últimos 5 anos, entre o indicador da procura externa e o crescimento do valor das exportações nacionais, “o que indicia um menor grau de penetração dos produtos nacionais”, ou seja, a Economia Portuguesa continua a perder competitividade. Em Espanha, por ex., o custo médio do trabalho cresceu 2,5 vezes mais do que em Portugal, no entanto a economia espanhola mais competitiva do que a portuguesa. Tudo isto prova que a causa principal da falta de competitividade da maioria das empresas portuguesas não está na evolução dos custos do trabalho verificada no nosso País, como o pensamento neo-liberal dominante pretende fazer crer.

A variação de 5,8% no custo médio do trabalho que se verificou entre o 2º trimestre de 2004 e o 2º Trimestre de 2005, que os órgãos de comunicação deram grande relevo, ignorando deliberadamente a informação anterior também do INE que é necessário analisar para não se tirarem conclusões que não têm consistência técnica, como sucedeu, deve-se principalmente ao pagamento de indemnizações por despedimentos, pois elas são consideradas no cálculo do “custo” do trabalho pelo INE, mas é uma despesa que só tem lugar quando se verificam despedimentos, não constituindo por isso custos permanentes com pessoal, portanto não condicionando de uma forma permanente a competitividade das empresas, pela via dos custos, como se pretendeu fazer crer.

De acordo também com os dados que o INE divulgou na mesma altura, apesar da pequena diminuição verificada no desemprego no 2º Trimestre de 2005, o número oficial desempregados atingiu os 399.300, e o desemprego corrigido, que está mais próximo da realidade, alcançou os 539.600. Em percentagem da população activa total, no 2º trimestre de 2005, a taxa oficial de desemprego atingiu os 7,2% e a taxa corrigida 9,8%.

Ao se defender uma diminuição dos chamados “custos” do trabalho para aumentar a competitividade, como faz o pensamento económico “único”, está-se a defender que a parte da riqueza produzida no nosso País que reverte para os trabalhadores sob a forma de “Ordenados e Salários”, que é já muito inferior à média comunitária (em 2004, em Portugal representou apenas 39,8% do PIB, quando a média na U.E. é de 51%) baixe ainda mais, o que só poderia gerar mais pobreza e um maior agravamento da crise económica devido à contracção do mercado interno.

O Instituto Nacional de Estatística divulgou na 2ª quinzena de Agosto de 2005 dados sobre o “custo do trabalho” em Portugal e na União Europeia e sobre a evolução do desemprego no nosso País. E logo o pensamento económico único dominante nos media, utilizando esses dados de uma forma tecnicamente incorrecta procurou criar a ideia na opinião pública de que Portugal estava a perder competitividade devido ao aumento exagerado dos “custos do trabalho”.

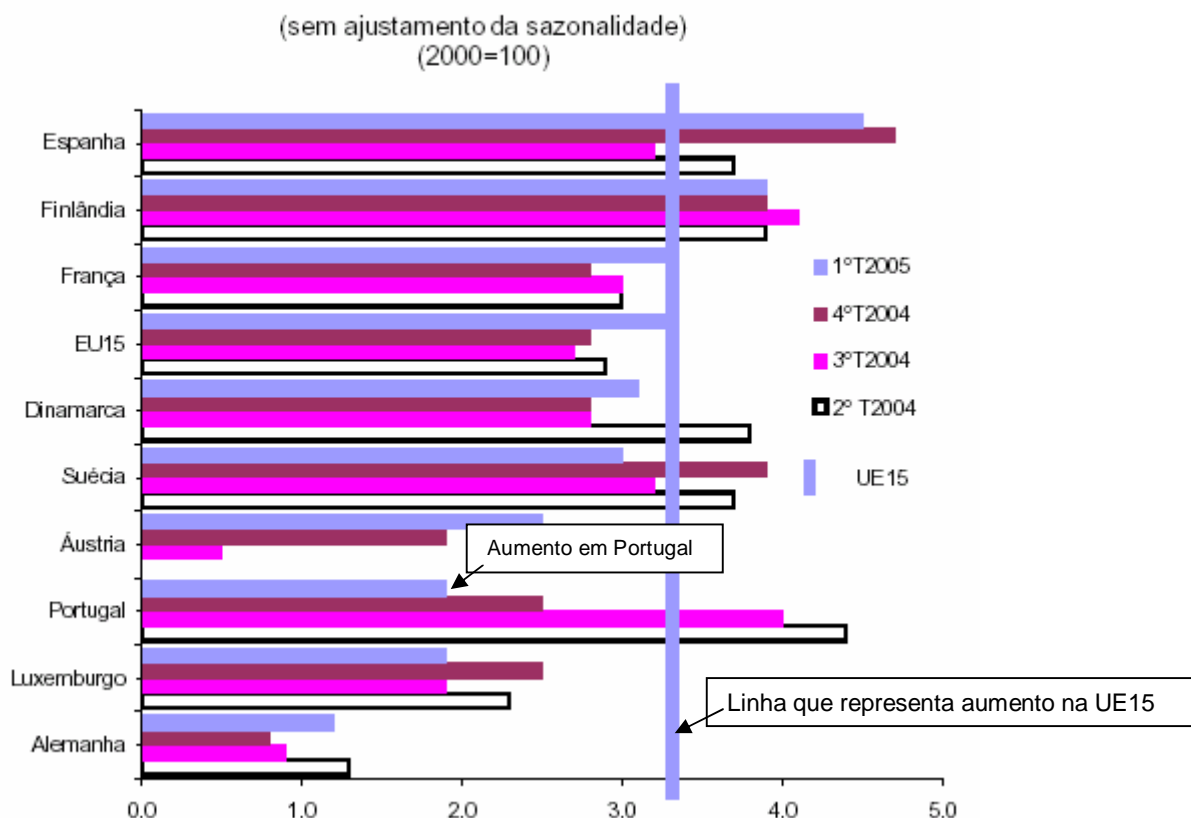
O Diário Económico, um jornal que se pretende apresentar como especializado em questões económicas, no seu número de 16.8.2005, aproveitando o contexto criado pelos media sobre o crescimento dito exagerado dos “custos do trabalho” em Portugal, defendia abertamente a redução dos salários apresentando, como exemplo a seguir, a Alemanha que, segundo ele, “enveredou por uma redução de salários ... para combater a perda de competitividade relativa”. É evidente que os interesses de classe de quem controla o jornal se sobrepuseram ao rigor técnico e jornalístico de quem fez a notícia.

Interessa, por isso, desmontar toda esta campanha desenvolvida a nível dos media naturalmente com o objectivo justificar mais sacrifícios para os trabalhadores portugueses.

O AUMENTO DO “CUSTO MÉDIO DE MÃO DE OBRA “ FOI EM PORTUGAL CERCA DE METADE DA MÉDIA DE 15 PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA

O gráfico que se apresenta seguidamente, que retiramos da informação divulgada pelo INE na mesma altura, mas que os órgãos de informação deliberadamente ignoraram, apesar de ser a única informação que permitia fazer comparações internacionais e por isso de grande interesse para a questão da competitividade que hoje se tornou uma questão de debate nacional, mostra que, entre o 1º trimestre de 2004 e o 1º trimestre de 2005, o aumento do chamado “ custo médio de mão de obra “ em Portugal correspondeu apenas a 57% da média dos países da União Europeia.

Evolução homóloga trimestral (%) do custo médio de mão-de-obra (C a K)



FONTE: Índice do custo do Trabalho – 2º Trimestre de 2005 – INE – 16 de Agosto de 2005

As barras com cores diferentes mostram o aumento do “custo médio da mão de obra “ em diferentes períodos em cada um dos países e na UE15 (União Europeia dos 15 países) constantes do gráfico. Assim, a barra branca refere-se ao período compreendido entre o 2º trimestre de 2003 e o 2º Trimestre de 2004; a barra cor de rosa refere-se ao período compreendido entre o 3ºTrimestre 2003 e o 3º Trimestre 2004; a barra vermelha ao período compreendido entre o 4º Trimestre 2003 e o 4º Trimestre 2004; e a barra cinzenta refere-se ao período mais recente, de que existem dados disponíveis, que é o compreendido entre o 1ºTrimestre 2004 e o 1º Trimestre de 2005.

Analisando, em primeiro, a evolução das barras referentes a Portugal conclui-se que se tem verificado no nosso País uma quebra acentuada e continua do chamado “custo médio da mão de obra”. Assim, por exemplo, no 1º período considerado (2º Trimestre de 2003 a 2º Trimestre de 2004) aquele “custo” cresceu cerca de 4,5%, enquanto no último período (1ºTrimestre 2004 a 1º Trimestre de 2005) o aumento foi apenas de 1,9%, como mostra o gráfico anterior..

Se compararmos agora o aumento que se verificou no período compreendido entre 1º Trimestre 2004 e o 1º Trimestre de 2005 no “custo médio da mão de obra “ em Portugal com o aumento médio verificado em 15 países da União Europeia (UE15) concluímos que o crescimento registado no nosso País foi cerca de metade (mais precisamente 57,5%) do crescimento médio verificado nos 15 países da comunidade europeia considerados. Efectivamente, se se fizer tal medição no gráfico anterior conclui-se que no último ano, para o qual de dispõem de dados, o aumento em Portugal atingiu apenas 1,9%, como já

se referiu, enquanto o aumento médio daquele “custo “ nos 15 países da União Europeia considerados atingiu cerca de 3,3%.

É evidente que se Portugal está a perder competitividade, a causa fundamental não é o aumento do “custo médio da mão de obra”, como o pensamento único neo-liberal dominante nos media pretende fazer crer. O exemplo espanhol é igualmente esclarecedor. Como mostra também o gráfico, no último ano (1ºTrim2004/1ºTrim.2005), o “custo da mão de obra “ aumentou em Espanha 2,5 vezes mais do que em Portugal (4,7% em Espanha, 1,9% em Portugal), no entanto as exportações espanholas para Portugal já representam cerca de 38% de tudo aquilo que o nosso País importa da União Europeia, e os produtos espanhóis ocupam uma quota crescente do mercado português, batendo as próprias empresas portuguesas no nosso mercado interno, e tem uma taxa de crescimento económico elevada.

DESEMPREGO CONTINUA A ATINGIR MAIS DE MEIO MILHÃO DE PORTUGUESES

Os dados do desemprego publicados pelo INE em 16.de Agosto de 2005, que constam do quadro seguinte, mostram que o desemprego continua a atingir mais de meio milhão de portugueses, e que a pequena diminuição verificada no 2º Trimestre de 2005 é temporária, já que é determinada pelo emprego sazonal característico da época, como confirmam os dados de 2004 referentes a idêntico período.

QUADRO I – Evolução do desemprego oficial e do desemprego corrigido em Portugal

DESIGNAÇÃO	4ºTrim 2003	1ºTrim 2004	2º Trim 2004	4Trim. 2004	1Trim. 2005	2ºTrim. 2005
1-ACTIVOS – Mil	5.474,0	5.454,4	5.471,9	5.523,6	5.507,0	5.531,3
2-DESEMPREGO OFICIAL – Mil	355,6	347,2	347,3	389,7	412,6	399,3
3-Inactivos Disponíveis - Mil	81,4	81,2	81,9	72,4	74,9	75,9
4- Subemprego visível – Mil	53,6	57,9	63,9	63,2	61,4	64,4
5-DESEMPREGO CORRIGIDO - Mil = (2+3+4)	490,6	486,3	493,1	525,3	548,9	539,6
6-TAXA OFICIAL DE DESEMPREGO = (2 : 1)	6,5%	6,4%	6,3%	7,1%	7,5%	7,2%
7-TAXA CORRIGIDA DE DESEMPREGO = (5: 1)	9,0%	8,9%	9,0%	9,5%	10,0%	9,8%

Fonte: Estatísticas do Emprego : 4ºTrim2003, 2ºTrim 2004, 4º Trimestre 2004 ee 2º Trimestre de 2005 - INE

No 2º Trimestre de 2005 o numero oficial de desempregados atingiu 399.300, enquanto o número corrigido de desempregados, que inclui os chamados “Inactivos Disponíveis” e os em situação de “Subemprego visível”, que são desempregados de facto, embora não sejam incluídos na estatística oficial, alcançou 539.600, portanto mais de meio milhão.

Em percentagem da população activa total, no 2º Trimestre de 2005, a taxa oficial de desemprego foi de 7,2% , enquanto a taxa corrigida de desemprego, que inclui os “Inactivos Disponíveis” e os em situação de “Subemprego visível”, alcançou os 9,8%, portanto o desemprego continuou próximo dos 10% da população activa.

A pequena diminuição verificada nas taxas de desemprego no 2º Trimestre de 2005, quando a comparamos com as do 1º Trimestre de 2005 (passagem da taxa oficial de 7,5% para 7,2%, e da taxa corrigida de 10% para 9,8%) é normal nesta época do ano mas é temporária. Os dados do INE constantes do quadro revelam que, em 2004, verificou-se idêntica variação (entre o 4º Trim.2003 e o 2º Trim.2004, a taxa oficial de desemprego diminuiu também de 6,5% para 6,3%), mas passado esse período a taxa de desemprego continuou a sua rápida marcha ascendente.

Para além disso, os dados do INE também mostram que essa reduzida diminuição se faz em níveis cada vez mais elevados de desemprego. No 2º Trimestre de 2004, a taxa oficial ficou pelos 6,3% e a taxa corrigida nos 9%, enquanto no 2º Trimestre de 2005, a taxa oficial de desemprego já foi de 7,2% e, a taxa corrigida situou-se nos 9,8%, portanto muito próxima dos 10%, parecendo estar-se perante de um fenómeno conhecido por “histerese”.

O DESEMPREGO INFLACIONA TEMPORARIAMENTE O “CUSTO MÉDIO DA MÃO DE OBRA”

O aumento rápido do desemprego que se tem verificado em Portugal inflaciona os chamados “custos médios da mão de obra” . E isto porque, de acordo com as “Notas Técnicas” que acompanham os dados divulgados pelo INE sobre o “índice do Custo do Trabalho”, “o custo observado da mão de obra adopta a perspectiva do empregador,

correspondendo ao custo total assumido pelo empregador ...incluindo a indemnização por despedimento.” Isto significa que aquele aumento verificado em Portugal referido anteriormente, que correspondeu apenas a 57,5% do aumento do custo médio do trabalho registado nos 15 países da União Europeia, está inflacionado pois inclui as indemnizações dos trabalhadores despedidos, que apenas são pagas uma vez, não sendo um custo permanente, o que determina que nos anos seguintes, se não se verificarem mais despedimentos, o “custo médio da mão de obra” em Portugal ainda será inferior àquele que foi considerado pelo INE para calcular o aumento, que já correspondeu a cerca de metade da subida verificada nos 15 países da União Europeia considerados.

Mesmo se analisamos a variação de 5,8% a que a maioria dos órgãos de comunicação deram, de uma forma acrítica e descontextualizada, um tratamento de “caixa”, rapidamente conclui-se que o peso das indemnizações para a formação de tal valor foi certamente muito elevado. A confirmar isso, está o chamamento de atenção feito pelo próprio INE logo na 1ª página da informação, o que não é habitual, escrevendo mesmo o seguinte: “Para a evolução homologa de 5,8% contribuiu o acréscimo, face ao 2º trimestre de 2004, de indemnizações pagas por despedimentos, sobretudo na indústria transformadora”. Efectivamente na indústria a variação homologa do “Índice do custo do trabalho” atingiu, no 2º Trimestre de 2005, 8,6% quando no trimestre anterior fora apenas de 1,9%.

E apesar de tudo isto, os defensores do pensamento único dominante nos media defendem, aberta ou implicitamente, que para aumentar a competitividade é necessário baixar ainda mais os salários mesmo nominais

O CHAMADO “CUSTO” DO TRABALHO E A REPARTIÇÃO EM PORTUGAL DA RIQUEZA CRIADA

O pensamento económico neo-liberal dominante em Portugal considera e trata os trabalhadores como um mero factor de produção igual a qualquer outro, como a terra e o capital; e os salários como um custo igual ao que se tem de pagar por qualquer factor de produção, como por trás dos salários não estivessem pessoas. Daí a razão porque o salário é tratado como um mero “custo” que interessa e se pode reduzir quase sem limites

Desta forma também se procura ocultar que o salário é um meio, um instrumento (os lucros, os juros são outros instrumentos) como se reparte a riqueza criada num país pelas diferentes classes que constituem a sua população, por um lado, e, por outro lado, que a “mão de obra”, ou seja, o trabalho tem uma característica que o diferencia de todas as outras mercadorias, que é o de criar um valor muito superior àquele que reverte para ele sob a forma de salários e de outras formas de remuneração, sendo essa diferença a fonte dos outros rendimentos (lucros, juros, etc.).

Os dados publicados no Relatório do Banco de Portugal de 2004, permitem calcular e concluir que a parte da riqueza criada no nosso País que reverte para os trabalhadores portugueses sob a forma de “ordenados e salários” correspondeu, em 2004, apenas a 39,8% do PIB (riqueza total criada no nosso País em 2004), enquanto a média nos países que constituem actualmente a União Europeia, ronda os 51%, segundo o Eurostat. Para se poder ficar com uma ideia mais clara da dimensão da desigualdade existente entre Portugal e quase todos os países da União Europeia neste campo fundamental para os trabalhadores, basta dizer que se revertesse para os trabalhadores portugueses, a mesma percentagem do PIB que reverte em média para os trabalhadores nos países da UE25, cada trabalhador português teria recebido, em 2004, mais 400 euros por mês, que é o salário médio recebido em Portugal pela maioria dos trabalhadores têxteis.

É evidente que ao defender-se que os chamados “os custos do trabalho” devem diminuir ainda mais no nosso País para que a competitividade aumente, o que efectivamente se pretende defender, é a redução da parte que representa os salários no rendimento produzido o que, para além de provocar uma maior generalização da miséria, teria consequências graves a nível económico, pois determinaria a falência de milhares de empresas devido à contracção do mercado que tal medida inevitavelmente determinaria.

Eugénio Rosa

Economista,

edr@mail.telepac.pt , Tel. 917 576 313

21.8.2005